

## Moção 83

# ***Uma nova política salarial - Por salários dignos e compatíveis com o custo de vida e os direitos fundamentais***

**Em Portugal trabalhar a tempo inteiro não significa ganhar o suficiente para pagar as despesas fundamentais das pessoas que trabalham e da sua família.** Pelo contrário, *um em cada dois portugueses atualmente empregados sente que o seu salário não cobre todas as suas despesas.* Mais grave ainda, no nosso país, **trabalhar nem sempre evita uma situação de pobreza**, com cerca de 9% das pessoas empregadas a não ganharem acima do atual limiar, estabelecido em 723 euros/mês.

A democracia portuguesa conseguiu praticamente extinguir situações de miséria comuns durante a ditadura. Contudo, a abrangência da pobreza mantém-se elevada e arrasta sensivelmente um quinto da população para longos ciclos de reprodução de condições precárias e lesivas para as pessoas e a sociedade. Simultaneamente, existe uma crescente desadequação da maioria dos salários ao custo de vida e às expectativas das gerações mais jovens que têm, na generalidade, mais escolaridade formal e que exercem profissões com responsabilidades profissionais mais exigentes em relação à geração dos seus pais.

**Afirmar que existe um problema salarial grave no nosso país não é hiperbólico.** A perda de rendimentos que o primeiro Governo de esquerda, após a crise do subprime, tentou resolver não teve continuidade. A concentração de riqueza cresce sem que sejam criadas medidas de redistribuição. O Salário Mínimo Nacional não garante a autonomia no exercício de direitos constitucionais e os salários medianos e médios estão cada vez mais comprimidos e insuficientes.

**Em Portugal vivemos uma situação de perda consistente do poder de compra que se arrasta há demasiados anos e que mantém as pessoas que ganham o salário mínimo nacional muito perto do risco de pobreza** (cujo limiar corresponde a 818,80 euros em 2026), e que, simultaneamente, empobrece a níveis inéditos na nossa democracia, uma camada heterogénea da população portuguesa que se identifica como classe média.

Esta fatia numerosa da população portuguesa, que auferia rendimentos medianos, médios e até um pouco acima da média sempre precisou do salário para viver condignamente mas não se via obrigada, até à crise de 2010, a fazer escolhas constantes entre despesas fundamentais, como saúde e habitação, e a contrair, nos números atuais, dívida pessoal no caso de surgirem despesas imprevistas com maior impacto financeiro.

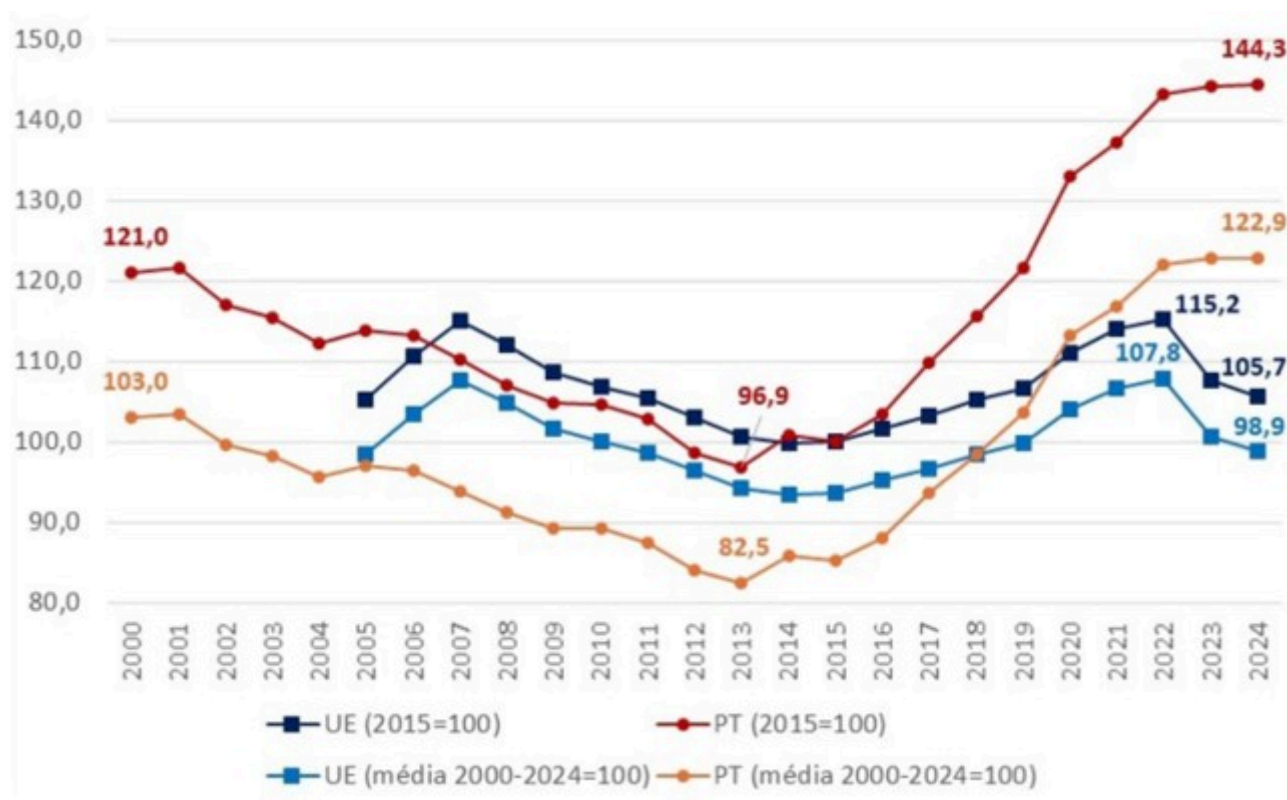
O salário mediano líquido em Portugal situa-se em cerca de 980 euros e o médio em 1200 euros. **A enorme diferença entre o salário mediano e o salário médio demonstra a tremenda disparidade salarial que existe em Portugal**, e o quanto as remunerações da maioria das famílias se afastam dos salários médios.

Quando olhamos para estes valores à luz do atual custo das despesas básicas de qualquer indivíduo ou família facilmente entendemos que a situação da maioria das pessoas, cujos rendimentos superam o limiar da pobreza, mas que não têm folga em relação aos gastos essenciais, é pessoalmente sufocante e insustentável para um sistema político democrático.

**A par da desvalorização salarial, o empobrecimento geral das pessoas que têm rendimentos medianos e médios tem-se agravado significativamente com o aumento do custo da habitação** que configura, quer no arrendamento quer na compra, a maior despesa familiar.

A provar isso mesmo temos um salário médio português que se mantém 38% abaixo da média europeia, contrastando com o preço da habitação que aumentou cerca de 180% desde 2015 (no resto da UE o aumento durante a mesma década rondou os 60%). Portugal regista assim, a nível europeu, a maior divergência entre o custo da habitação e os salários.

Arrendar um T2 no Porto custa, em média, 1544 euros com os valores mais baixos registados nas plataformas imobiliárias a rondar os 700 euros. Já em Lisboa o arrendamento de uma casa com dois quartos custa em média 2000 euros. **O salário mediano ou médio não chegam sequer para pagar a habitação.**



Fonte: Eurostat - Rácio normalizado entre o preço da habitação e o rendimento (2015=100; média de longo prazo, 2000-2024=100) entre 2000 e 2024: Portugal e UE

Desde 2007 que se iniciou um aumento mais acelerado do salário mínimo nacional em relação às restantes remunerações. Em média, e não contando com os anos de intervenção externa em que os aumentos não existiram, o salário mínimo nacional aumentou 5,25% anualmente entre 2007 e 2026, crescendo de 403 euros para 920 euros.

Contudo, a trajetória de aumento do salário mínimo nacional não tem sido acompanhada do aumento do salário médio, praticado no setor privado e no público.

Recentemente, o Banco de Portugal publicou um comunicado com dados do estudo “Structure of Earnings Survey” do Eurostat que expressava preocupação com a compressão salarial em torno do salário mínimo. Dados

que só vêm traduzir o que **socialmente é evidente, o rácio entre o salário mínimo e o salário mediano agravou-se, para os 91% em 2024. Isto significa que cerca de metade dos assalariados no nosso país está presa entre a remuneração mínima e um salário que se situa acima deste apenas em algumas dezenas de euros.**

Os partidos de esquerda e os sindicatos têm mantido pressão política sobre o aumento do salário mínimo, com propostas de aumentos contínuos reforçados que apontam a meta de 1200 euros até 2030. O LIVRE tem tido no aumento do salário mínimo nacional uma bandeira coerente e consistente. A sua importância para o cálculo das prestações sociais e para a dignidade de quem trabalha assim o exige e é inquestionável. Mas também **precisamos de dar atenção ao enorme problema de asfixia financeira de uma percentagem muito elevada da população que tem salários anteriormente médios, mas agora cada vez menos acima do mínimo.**

A Agenda do Trabalho Digno do último Governo do Partido Socialista decidiu subir um nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única para o início da carreira dos técnicos superiores na Administração Pública, pessoas com licenciatura/mestrado. Decisão positiva mas insuficiente e sem continuidade. O Sistema Remuneratório da Administração Pública continua a ser uma referência transversal no mercado de trabalho.

**A compressão salarial do salário mediano é um problema que além de complexo não é alheio ao Direito Laboral e à proposta de revisão do Código do Trabalho recentemente chumbada.** O aumento da precariedade, a desvalorização da contratação coletiva e das carreiras, a recorrência à subcontratação e a emancipação tardia de jovens adultos resultam em salários mais baixos e maior exploração das trabalhadoras e trabalhadores. **Uma política salarial comprometida com o bem-estar de quem trabalha e com a coesão social não pode manter-se desatualizada em relação ao custo de vida e, conseqüentemente, constituir uma ameaça sobre os direitos fundamentais protegidos pela Constituição da República Portuguesa** ou, ainda, ser proposta à margem de um entendimento sobre os direitos laborais.

À semelhança do que tem sido feito com o salário mínimo é preciso identificar publicamente o problema da compressão salarial de muitas trabalhadoras e trabalhadores, chamar a atenção para o mesmo e estabelecer metas de resposta numa visão integrada de política salarial. O LIVRE deve ter essa prioridade na Assembleia da República.

Os aumentos dos salários nos últimos anos têm sido absorvidos pelo aumento do custo de vida após a pandemia, como consequência da guerra na Ucrânia e, mais recentemente, do ataque dos Estados Unidos da América e de Israel ao Irão com o encerramento do Estreito de Ormuz, o que reforça a importância de propor respostas temporárias e urgentes, mas também de avaliar que políticas públicas do Trabalho e salariais são necessárias para conforto das famílias e a coesão social e política do nosso país e da Europa.

Assim, propomos ao XVII Congresso do LIVRE que aprove as seguintes diretrizes para uma ação política integrada sobre este assunto:

**Fazer uma campanha pública sob o tema da compressão salarial e o empobrecimento da classe média,** incluindo um debate alargado com sindicatos e outras organizações do Trabalho;

**Propor aumentar os salários acima do mínimo ao ritmo atualmente proposto para o salário mínimo nacional,** acima da inflação e convergente com o custo de vida;

**Reforçar nas propostas do LIVRE a importância da contratação coletiva,** da extensão automática das convenções e o estabelecimento de tabelas salariais como pisos legais por categoria profissional;

---

**Propor um salto anual até 2030 do nível de entrada para a carreira de técnico superior - em 2027 passa a nível 17, em 2028 passa a nível 18, etc,** além dos aumentos anuais dos vários níveis remuneratórios da Tabela Única Remuneratória da Administração Pública.

**Proponentes**

- Patrícia Robalo
- João Vasco Gama
- Levi Galaio